

Economistas vêem inflação como fenômeno de natureza política

Jornal do Brasil, 19.06.74

A economia não possui fórmulas mágicas para acabar com a inflação, que é um fenômeno de natureza política, que deve ser combatido a partir de instrumentos de ação política. Estas considerações perpassam as observações de três economistas paulistas – do Instituto de Pesquisas Econômicas (da USP) e da Escola de Pós-Graduação em Administração de Empresas (da FGV).

“Creio ser mais difícil para o Governo obter sucesso duradouro no combate à inflação com o fechamento do processo político”, diz **Eduardo Matarazzo Suplicy**, para quem é fundamental a colaboração da população para o êxito de uma política antiinflacionária. **Adroaldo Moura da Silva** e **Luiz Carlos Bresser-Pereira** também destacam os aspectos políticos da inflação e da luta para dominá-la.

O que é

“A inflação é realmente, hoje, o problema central da organização social brasileira, porque a inflação fora do controle inibe qualquer tipo de organização social que permita um crescimento econômico com justiça social”, afirma o economista Adroaldo Moura da Silva, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Professor de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo.

“Na verdade, nós passamos da inflação, principalmente de demanda para a inflação administrada e, nesse momento, para a estagnação – a inflação com estagnação econômica ou com redução da atividade econômica – que só é possível quando setores oligopolísticos são capazes de administrar preços. Esse é o caso do Brasil atual”, assegura o professor, Luiz Carlos Bresser, titular de Teoria do Desenvolvimento Econômico e de Economia Brasileira da Fundação Getulio Vargas, de São Paulo.

“Mais do que um simples fenômeno monetário, a inflação brasileira tem sido o resultado da luta entre diversos setores e grupos na sociedade para obter partes crescentes do bolo da economia”, afirma o professor Matarazzo Suplicy, Chefe do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas.

Causas

Os três não se alinham na corrente *monetarista*, que vê como causa primária do processo inflacionário a expansão desordenada dos meios de pagamentos. “Essa é uma tese ingênua”, diz o professor Adroaldo Moura da Silva, explicando que ela deixa de explicar por que a sociedade se desorganiza de forma a permitir que a expansão dos meios de pagamento cresça desordenadamente. Ele condena também a tese que procura explicar a inflação a partir da definição de preço.

“A inflação é provocada por conflitos sociais mais amplos, onde se deve buscar o *porquê* da desorganização financeira, da inconsistência redistributiva, que é a compreensão de um fenômeno social muito mais amplo, que explica a inflação. Por esta razão, acredito que a inflação seja essencialmente um fenômeno de natureza política”, diz ele.

O professor Luiz Carlos Bresser entende também que “o combate à inflação é hoje um problema estritamente político, ou principalmente político”, acrescentando que “o Governo, a quem cabe controlar a inflação administrada, sofre hoje uma grande-crise de legitimidade”. O professor Eduardo Suplicy vê a economia brasileira “caracterizada por situações oligopolistas ou até monopolistas em vários dos seus setores importantes”, Ele acha, então, difícil controlar o processo inflacionário através dos preços, com base em congelamento.

Congelamento

“Quando a inflação se agrava, como ocorreu no início deste ano” – diz ele – “o controle de preços é justificado como uma tentativa de reverter o movimento ascendente dos preços. A dificuldade política do Governo ser bem-sucedido na sua tarefa é que nem todos os grupos estão sendo atingidos pelo controle.

“Os empresários dos setores produtivos de bens com preços controlados, nessa hora, vão logicamente indagar ao Governo: por que temos nossos preços tabelados a níveis baixos

enquanto os bancos, com a justificativa de controlar a inflação, podem ter altas remunerações?”, comenta o professor Suplicy.

Dizendo que é preciso diferenciar o congelamento de preços do controle por parte do CIP dos setores oligopolistas da economia, o professor Luiz Carlos Bresser pondera que “os sistemas de congelamento são os velhos sistemas da Sunab, que já revelaram amplamente que não funcionam” e acrescenta: “Pretender controlar preços ao nível de varejo é extremamente pouco eficiente se eles sobem ao nível da produção. O essencial é o controle de preços ao nível de grandes empresas oligopolistas, pois é preciso lembrar que, no Brasil, não há qualquer controle das práticas de acordo de preços entre os oligopólios. Existe um organismo criado para esse fim, que é o CADE, mas esse organismo não tem poder efetivo para agir”.

Os caminhos

O professor Luiz Carlos Bresser observa que “as medidas de restrição ao crédito que o Governo vem tomando sistematicamente, começam a surtir efeito em reduzir a demanda, mas não vêm surtindo efeito em reduzir a taxa de inflação”. Explica que isso significa que “o componente da inflação administrado pelos oligopólios, ou seja, os aumentos autônomos de preços que não dependem do aumento da demanda, começa a ser cada vez mais importante”.

“É claro que o controle meramente através da redução do crédito terá pouco efeito. De outra parte, congelar preços ao nível do varejo não será eficiente porque o Governo terá que ceder, pois o número de varejistas é muito grande e eles acabarão conseguindo que esses preços sejam elevados à medida que os produtos que eles compram sejam aumentados”, comenta o professor Bresser, acrescentado: “no momento, então, que o sistema político brasileiro sofre essa crise de legitimidade, quer dizer, torna-se cada vez mais ilegítimo perante as classes dominantes, torna-se extremamente difícil para o Governo controlar uma inflação administrada.”

Lembrando que o “simples congelamento sempre se mostrou incompatível como medida principal de controle de preços num sistema capitalista”, o professor Eduardo Suplicy ressalta: “creio ser mais difícil para o governo obter sucesso duradouro no combate à inflação com o fechamento do processo político. Para ser bem sucedido a longo prazo, o Governo terá, que contar com a coloração da população e essa colaboração só ocorrerá de

bom grado quando todos tiverem o direito de participar ou influenciar efetivamente as ‘decisões governamentais, ou seja’ quando houver a plenitude democrática”.

Consenso

O professor Adroaldo Moura observa que “o problema é que a sociedade, como um todo, precisa se libertar dos pecados, fazer a sua confissão, a sua contrição, seu padre-nosso e passar ajoelhada alguns anos. Isso significa crise”.

“Congelamento de preços, congelamento de crédito e contenção dos meios de pagamento são maneiras de controlar a inflação, desde que haja condição política. Sem isso, pode-se ter controle apenas por um mês. Daqui a um mês, todo mundo está gritando: “não dá”. Então, o Banco Central paga para não deixar quebrar, dá dinheiro e começa tudo de novo”.

Segundo o professor Adroaldo Moura, “é fundamental liderança política e competência administrativa, porque, dadas essas duas condições, o problema técnico é fácil: consiste exatamente em se controlar a expansão dos meios de pagamento, a expansão do crédito e, relativamente, controlar os preços de alguns grupos *nervosos*. Para isso, também é necessário que haja pelos menos o consenso de um grupo majoritário em termos de Poder. Não existe nenhuma solução técnica que consiga um programa de estabilização se não for acompanhado de alguma forma de consenso e coragem política”.

Francisco Lopes: controle, sim; congelamento, não

“Não há como combater a inflação, de uma forma não muito dolorosa, sem o uso do controle de preços. Mas controle e congelamento são coisas muito diferentes. Sou cem por cento a favor do controle e cem por cento contrário ao congelamento”. A afirmação é do economista Francisco Lopes, professor da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, ao analisar a nova estratégia governamental de combate à inflação.

Francisco Lopes, no entanto, é favorável à centralização do combate à inflação, pois “o próprio controle de preços é arriscado na medida em que for administrado por diferentes pessoas ou organismos, o que cria uma elevada chance de que a política não seja adequadamente coordenada”. O fortalecimento do Conselho Interministerial de Preços (CIP) é, em sua opinião, um pressuposto básico desta centralização. Eis suas opiniões:

JB – O congelamento de preços é urna arma eficaz contra a inflação?

Lopes – Toda a experiência que existe com congelamento – como nos Estados Unidos, na época de Nixon, por exemplo — é de curto prazo. O congelamento provoca tantas distorções que, a médio prazo, piora o quadro da inflação. Como nossa economia é superindexada, os agentes econômicos tendem a lutar contra a alteração de preços relativos que não lhes são favoráveis e, neste processo, os aumentos se aceleram. Os chamados *preços críticos*, por exemplo, subiram mais do que a média por razões de mercado. Se o Governo limita agora os seus aumentos abaixo da média, teremos uma alteração de preços relativos no sentido inverso da determinada pelo mercado. Isto é insustentável a médio prazo.

JB – A centralização da luta contra a inflação no Ministério da Fazenda funciona?

Lopes – A centralização é fundamental, pois tem que haver uma coordenação. A decisão foi certa, mas precisa ser aprofundada. É preciso um órgão que coordene esta política, que pode ser subordinado ao Ministro da Fazenda, mas tem de coordenar salários, preços, política monetária e fiscal. Isto é algo para que o Governo não está preparado. O CIP não tem estrutura para isto. E o CIP deveria ter, no controle de preços, o mesmo status que o Banco Central tem no controle monetário.

JB — Qual é a sua receita para combater a inflação?

Lopes — Não há como combater a inflação, de uma forma não muito dolorosa, sem o uso do controle de pecos. Mas controle e congelamento são coisas muito diferentes. Sou cem por cento a favor do controle e cem por cento contrário ao congelamento. Mas é preciso mudar a filosofia de controle de preços. A política de preços tem o mesmo erro da política salarial de antes da Revolução: simplesmente repassa tudo o que perdeu. Os governos da Revolução encontraram uma fórmula adequada e potencialmente justa de política salarial, que leva em conta a expectativa da inflação futura. Não há a mesma lógica na área de controle de preços. Os reajustes de preços também deveriam ter um prazo de duração, talvez de seis meses. Além disso, eu acho que falta ao Governo um corpo de técnicos permanentemente voltados para a coordenação desta política, tendo a preocupação não setorial de combater a inflação.